



## APRESENTAÇÃO

### PENSAMENTO CIENTÍFICO EM (TEMPO DE) CRISE

Morte, guerra, ódio, perseguição, acusação, autoritarismo, medo, pânico. Em nível mundial, a catástrofe se fez presente em 2022. Foram dias, semanas, horas de apreensão. Momentos de incerteza e tensão, que vinham das mais diversas fontes de informação e modificaram a forma da vida em sociedade. Se há alguns anos, aquilo que era certo (conteúdos compartilhados em redes sociais) já se mostrava duvidoso, 2022 veio para mostrar que o pensamento viralizado facilmente se transforma em atitude suicida e também que o ódio nutrido em silêncio eclode em tentativas golpistas e guerras injustas. Foi um ano que nos fez lembrar do passado e refletir sobre nossas várias identidades e, assim, nos fez mudar no que somos e no que esperamos de nós mesmos. Foi 2022 quem nos consumiu e nos salvou de um pensamento fechado aos problemas concretos, que nos fez abrir os olhos para os problemas e para as pessoais e fatos reais, que nos fez ver mais de perto quem somos e qual o papel que temos em um mundo no qual, não só os direitos humanos, mas a própria existência do planeta é constantemente colocada em xeque.

Em meio a esse processo de reconstrução, reconstruímos a RDHDS. Foi um trabalho coletivo e intenso, cheio de dilemas, incertezas e conflitos. Um processo típico e característico do ano de 2022, que, assim como o ano que se encerra, termina com um resultado que mostra a nossa evolução e, ao mesmo tempo, nossa esperança em uma vida e uma ciência melhores. Apresentamos aqui os textos e artigos de nossa edição de encerramento de 2022.

Lucimary Leiria Fraga e Juliani Borchardt da Silva, em artigo profundamente alinhado à temática da Revista, traz a análise, acerca dos direitos de grupos LGBTQIA+. Nele, os autores tratam da vivência dos seres humanos e sobre a relevância da diversidade. A proposta do ensaio abrange o levantamento das trajetórias do movimento LGBTQIA+ brasileiro e, assim,



compreender o contexto da promoção dos direitos desta população, levando em conta, nas palavras dos autores, de que “não existe a ideia de que homens e mulheres nascem com esta determinação, na medida em que o gênero, aqui, não advém mais do essencialismo biológico, e sim, de uma construção que dá significados distintos aos corpos (e não ao contrário)”. O artigo traz reflexões sobre a relevância de que a sociedade é plural e que o discurso dos direitos humanos devem ser, cada vez mais, sensíveis e capazes de potencializar a promoção da diversidade e da alteridade; isso sobretudo quando envolve a promoção de direitos da população LGBTQIA+, no intuito de que ela possa ter acesso aos variados direitos que, muitas vezes, são facilmente acessados pelos grupos dominantes.

Gabriel Dias Marques da Cruz e Amanda Nunes Lopes Espiñeira Lemos, a partir do estudo de caso, numa análise qualitativa, abordam em seu artigo sobre a ADPF 347, ação ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em face da União e de todos os vinte e seis estados da federação e Distrito Federal. Os autores enfatizam o quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais decorrentes de condutas comissivas e omissivas dos poderes públicos quanto à questão prisional no País, o que decorre do cenário degradante e desumano em virtude de celas superlotadas, insalubres, proliferação de doenças infectocontagiosas, comida de baixa qualidade, falta de água potável, dentre outros aspectos. Para amparar referida ação, o referencial teórico adotado é o “estado de coisa inconstitucional” (ECI). Em um primeiro momento, os autores analisam a ADPF e depois avançam sobre a noção de ‘estado de coisa inconstitucional’, originária da Corte colombiana. A partir daí, analisam o acolhimento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da dita ADPF, conforme os argumentos apresentados pelos Ministros deixando para o leitor refletir sobre a possibilidade ou não da utilização do dito referencial pelo direito nacional.

No texto “O exame criminológico como instrumento do binômio saber-poder judicialização da Resolução nº 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia”, os autores, Bruno Shimizu, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, e Carolina Gouvêa Possidonio Rodrigues, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, os autores abordam, de forma crítica e sob o pano de fundo de uma ação civil pública proposta pelo Ministério público federal, o sentido e a validade de uma Resolução do CFP, que veda a “elaboração de prognóstico criminológico de



reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexos causais a partir do binômio delito-delinquente”. Por meio de método de análise documental e com base em referencial teórico foucaultiano, os autores demonstram como órgãos governamentais que atuam no processo de aplicação de penas se utilizam das ciências psicológicas e para a concretização de seu poder e a transformação, ou eliminação, da subjetividade do apenado.

No artigo “Elementos para uma Teoria Feminista Crítica no estado da obra de Heleieth Saffioti”, de autoria dos professores Dimitri Dimoulis, da Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito e Soraya Gasparetto Lunardi, da Universidade Estadual Paulista, trata da obra “A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade”, que, segundo os autores, “trata de problemas e de desigualdades sociais, buscando analisar a complexidade da exploração do modo de produção capitalista, que impõe suas estruturas e superestruturas de exploração do trabalho em relação às classes trabalhadoras”. Os autores destacam que, ao contrário de outras concepções do feminismo, a teoria de Heleieth não aborda a distribuição desigual de direitos entre gêneros, focando nas condições estruturais, sobretudo aquelas ligadas ao sistema capitalista, que geram padrões de dominação da mulher na sociedade como um todo. Com base nesses pressupostos, a superação da desigualdade de gênero deixa de ser vista como um problema pontual e a emancipação feminina passa a ser vista de forma relacionada com alterações profundas do modo de produção capitalista.

No parecer "Baianas Evagélicas do Acarajé" em face do município de Salvador/BA, o autor, professor Leonardo Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), aborda caso concreto, envolvendo a situação das comerciantes de conhecido quitute tipicamente baiano (acarajé). Na situação analisada, uma devota da religião evangélica vê confrontada com determinação do Município de Salvador, de acordo com a qual, todas as vendedoras de acarajé devem vestir a famosa vestimenta que caracteriza esta atividade, que remete às religiões brasileiras de matriz africana. No texto, o autor desenvolve raciocínio analítico calcado na dogmática alemã para demonstrar que a intervenção estatal em pauta não se reveste dos requisitos constitucionais necessários à sua manutenção.

O artigo “Proporcionalidade e a vinculação dos Direitos Fundamentais”, de autoria do professor Ralf Poscher (Max Planck Institute for the Study of Crime, Security and Law, de Freiburg im



Breisgau) foi originalmente publicado em obra coletiva em inglês e, posteriormente, desenvolvido em novo artigo publicado em língua alemã. Aqui, o doutorando e assistente de pesquisa Rafael Giorgio Dalla-Barba (Max Planck Institute for the Study of Crime, Security and Law, de Freiburg im Breisgau) nos brinda com a versão em português do texto, no qual o autor reconstrói o sentido do teste da proporcionalidade com base na tradição do direito germânico e também aponta para caminhos de pesquisa a serem desenvolvidos no interior do teste, os quais estão fundamentados na compreensão hermeutica do direito. Visto por este prisma, o teste da proporcionalidade passa a comportar uma variedade de aplicações e configurações, decorrentes da incorporação da hermenêutica em sua última fase (proporcionalidade em sentido estrito).

O artigo “A função social: Novo paradigma para a liberdade de contratar?” tem um sabor especial porque consta da parte memória institucional da Puc-Campinas. O texto foi escrito pelo Professor Paulo de Tarso Barbosa, professor da Puc-Campinas, à época em que o atual Código Civil ainda estava na *vacatio legis*, e num momento em que despontavam reflexões de juristas sobre a técnica de legislar por meio de cláusulas gerais já que dotadas de alta vagueza semântica. Uma dessas cláusulas gerais foi a inclusão no artigo 421, que trata da “função social do contrato”. Mantendo-se o teor original da época que foi escrito, o autor lança os desafios para o intérprete preencher o conteúdo das cláusulas gerais, os quais persistem nos dias atuais. O autor já realçava a relevância dos princípios e valores constitucionais para fortalecer a interpretação do direito privado. O artigo é muito atual, pois o autor indica que o intérprete deve reconhecer que o contrato não mais se reduz às questões patrimoniais e individuais, mas também concorrem preocupações com a promoção da dignidade humana e com a justiça social.

O artigo “O legado de Fábio Konder Comparato para os Direitos Humanos: uma leitura da afirmação histórica dos Direitos Humanos”, de autoria do Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Eduardo C. B. Bittar, foi escrito em homenagem ao Professor Emérito Fábio Konder Comparato. Nele, o autor dedica-se à análise da obra “A afirmação histórica dos direitos humanos”, tomando-a como marco para as pesquisas na área do direito, além de divisor de águas na produção intelectual do homenageado, e para a cultura brasileira.



O artigo “Uma integração latino-americana possível? Perspectivas interdisciplinares entre direito, cultura e comunicação”, de autoria de Daniel Mendes e Gabriel Dib Daud De Vuono, pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo, e Rafael Cruz, da Universidad Nacional de las Artes, reflete sobre as bases teóricas da integração da América Latina, a partir de distintas abordagens disciplinares. Os autores visam compreender as diferentes formas de identificar e interpretar referido fenômeno. Para a apreensão da ideia de integração, relacionam as áreas do Direito, Cultura e Comunicação, observando a América Latina desde perspectiva propriamente local.

O texto “Do cenário interamericano às encruzilhadas de violências endêmicas: o caso colombiano”, de autoria de Barbara Pincowsca Cardoso Campos e Luis Adolfo Martínez Herrera (Universidad Católica de Pereira), expõe os principais dilemas enfrentados em cenários de transição nos países latino-americanos, analisando especificamente os desafios que se colocam na realidade colombiana, marcada pela violência endêmica. Os autores colocam em destaque a reflexão sobre o paradoxo de uma sociedade em que importantes desenvolvimentos normativos, decorrentes sobretudo do marco da justiça transicional, contrapõem-se à incapacidade estatal de superar as condições estruturais que reproduzem as múltiplas formas de violência.

A resenha elaborada pelo pesquisador Hélio Donisete Cavallaro Filho aborda a obra “Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991”, de Eric Hobsbawn, obra que traz uma leitura crítica da história, considerando os acontecimentos do Século XX e de como eles afetaram a humanidade. A resenha indica que, da mesma forma que se chegou a níveis de bem-estar nunca antes imaginados, neste o período seres humanos foram mortos em escala nunca antes vista. Nas palavras do autor da resenha, trata-se de “leitura indispensável para quem deseja compreender, de forma ampla e contextualizada, porque a história nos trouxe até este ponto e porque tantos sonhos e ilusões foram idealizados e desfeitos”, realçando, ademais, a relevância para o estudo da aplicação jurisdicional dos direitos humanos.

A Entrevista com o Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Paulo Borba Casella, foi elaborada e conduzida com a participação dos professores Guilherme Perez Cabral, Lucas Catib de Laurentiis, Luis Renato



Vedovato e Carolina Galib. Na entrevista, o Prof. Casella aborda questões sensíveis e atuais de Direito Internacional e Direitos Humanos, debatendo temáticas como o “refluxo” de onda conservadora, antidemocrática e anti-internacionalista, no Brasil e no mundo; os direitos dos imigrantes; as leituras críticas e novas perspectivas sobre o Direito Internacional; a autodeterminação dos povos e o posicionamento da Corte de Justiça Internacional nos conflitos de Kosovo e Ucrânia; além dos desafios que se colocam ao ensino do Direito internacional.

Participaram do processo de avaliação e editoração dos artigos que compõem este volume da RDHDS os(as) discentes Tatiane Mendes Sanches, Strauss Vidrich de Souza, Maluma Raphaela de Oliveira Brito, Mayara Pereira Amorim, Hélio Donisete Cavallaro Filho, Gustavo Freddi Toledo, Maria Clara Arruda Manzano, Letícia Pardo Rodrigues do Carmo, Larissa Karoline Pereira, Andressa Sanchez Silva Luizon e Fernanda Souza Correa, a quem agradecemos imensamente pela colaboração.

Esperamos que apreciem a leitura e esperamos encontrar todos bem e com saúde em 2023. Pois, acima de tudo e mesmo na maior adversidade, o pensamento crítico da RDHDS vive, graças a seus colaboradores e leitores.

